

PETIÇÃO 12.714 SANTA CATARINA

RELATOR : **MIN. LUIZ FUX**
REQTE.(S) : TAM LINHAS AEREAS S/A.
ADV.(A/S) : FABIO RIVELLI
REQDO.(A/S) : -----
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

**PETIÇÃO. CONCESSÃO DE EFEITO
SUSPENSIVO A RECURSO
EXTRAORDINÁRIO. DESCABIMENTO.
RECURSO NÃO ADMITIDO NA
ORIGEM. CPC, ART. 1.029, §5º, III.
PETIÇÃO A QUE SE NEGA
SEGUIMENTO.**

DECISÃO: Trata-se de petição apresentada por Tam Linhas Aéreas S/A (Latam Airlines Brasil) com vistas à obtenção de efeito suspensivo em recurso extraordinário interposto nos autos do Processo nº 501527306.2023.8.24.0091, em curso perante o Turma Recursal do Estado de Santa Catarina.

Em síntese, narra a requerente que na origem teve contra si ajuizada ação de obrigação de fazer, a fim de que fosse obrigada a permitir que a parte autora embarcasse nas cabines de suas aeronaves com seu animal de estimação, um cachorro da raça Shar Pei, sob a alegação de que necessitaria da companhia do animal como suporte emocional durante o traslado dos voos adquiridos junto à ora requerente.

Relata que a ação foi julgada procedente e que a sentença foi mantida em sede de recurso inominado. Em face deste acórdão, interpôs recurso extraordinário, alegando, basicamente, que o acórdão recorrido ofenderia os artigos 5º, II e 170, ambos da CF/88. Assevera que, *“a aeronave não comporta animais de grande porte e com isso esse cachorro impossibilitaria o trajeto de passageiros, e, além disso, poderia colocar em risco a rápida evacuação da aeronave em caso de emergências.”*

Salienta, ainda, que *“em uma situação de emergência, um cão de grande*

PET 12714 / SC

porte pode ficar assustado, agitado ou estressado, o que pode tornar mais difícil controlar e mover o animal” e que o cão da autora seria de uma raça agressiva, o que pode gerar graves transtornos aos demais passageiros. Aduz, assim, haver *fumus boni iuris* no recurso e perigo de dano irreparável na manutenção dos efeitos da decisão recorrida.

Pugna, destarte, pela suspensão da eficácia da decisão recorrida, até que seja julgado o recurso extraordinário por este Supremo Tribunal Federal.

É o relatório. **DECIDO.**

O pedido formulado é manifestamente incabível.

Como se sabe, a concessão de efeito suspensivo a recurso, nos casos em que a suspensão dos efeitos não se opera automaticamente *ope legis*, pode ser deferida *ope iudicis*, conforme deliberação do Ministro relator, se presentes os requisitos de existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, nos termos do que dispõe o art. 995, parágrafo único, do CPC/2015. Nesse sentido:

“A excepcional concessão de efeito suspensivo a apelo extremo inadmitido na origem depende da inequívoca conjugação dos requisitos previstos no art. 995, parágrafo único, do CPC, a saber: i) probabilidade de êxito do agravo em recurso extraordinário; e ii) risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação” (Pet 6.921 ED-AgR, Rel^a. Min^a. Rosa Weber, Primeira Turma, DJe de 25/4/2018).

Nos termos do que dispõe o art. 1.029, §5º, III, do CPC, o pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário deve ser dirigido, como regra, ao presidente do tribunal recorrido até que haja a publicação

da decisão de admissão do recurso na origem, só sendo cabível diretamente perante este Supremo Tribunal Federal após juízo de admissibilidade do tribunal *a quo*.

In casu, conforme informação prestada pela própria petionária, sobre o recurso interposto na origem ainda pende juízo de admissibilidade. Neste cenário, revela-se prematura a pretensão cautelar formulada perante esta Suprema Corte, sobretudo porque a requerente não logrou demonstrar qualquer excepcionalidade no caso concreto.

Ex positis, **NEGO SEGUIMENTO** ao pedido.

Publique-se.

Brasília, 14 de agosto de 2024.

Ministro **LUIZ FUX**

Relator

Documento assinado digitalmente